

ANEXO XII

(a que se refere o artigo 15)

RESTITUIÇÃO DE ITCMD “CAUSA MORTIS” e/ou DOAÇÃO

(recolhido na tramitação de processo de inventário/arrolamento)

IDENTIFICAÇÃO

Contribuinte (Nome ou Razão Social)				RG/IE		CPF/CNPJ	
Logradouro (rua, avenida, praça, etc.)					Número	Complemento (and. sala,	
Bairro ou Distrito		Município	UF	CEP		DDD	Telefone
Responsável pela Empresa (se for o caso)			RG		CPF		Telefone
E-Mail:							
Processo / nº da Vara / Fórum		Banco	Agência		Número da conta corrente		
() ITCMD “Causa Mortis” Valor pleiteado: R\$			() ITCMD Doações Valor Pleiteado: R\$				

Solicito a restituição da importância a cima mencionada, de clarando, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste pedido são a expressão da verdade.

Assinatura	Data
------------	------

Se a assinatura for do procurador, informar :

Nome	RG:	CPF:	Telefone:
------	-----	------	-----------

E-Mail:

Documentos necessários:**Do Requerente e/ou Procuradores:**

- 1 – Cópia do RG e do CPF do Contribuinte/Representante da Empresa;
- 2 – Comprovante de titularidade da conta corrente indicada no requerimento;
- 3 - Se o requerente se fizer representar, anexar também:
 - 3.1 - Cópia simples do RG e do CPF do (s) procurador (es). Se houver mais de um, juntar de todos;
 - 3.2 - Procuração específica para atuar no processo de restituição de ITCMD, segundo o modelo abaixo.

Do Processo Judicial (contendo o número da folha e a rubrica do serventuário do Poder Judiciário):

1. Prova de nomeação de inventariante;
2. Certidão de óbito;
3. Certidão de Casamento ou comprovante do reconhecimento judicial do início da sociedade de fato do “de cujus”, se for o caso;
4. Petição Inicial referente ao processo de inventário ou arrolamento;
5. Relação de bens e partilha;
6. Relação das últimas declarações e/ou emenda, aditamento, se houver;
7. Se imóveis urbanos: Carnês de IPTU (as folhas onde conste valor venal e endereço do imóvel) ou Certidão referente ao valor venal do imóvel, emitida pela Prefeitura do Município;
8. Se imóveis rurais: cópias das folhas “DIAC” e “DIAT” da Declaração do ITR ou Certidão relativa ao valor venal do imóvel, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
9. Em se tratando de ação, cota, participação ou qualquer título representativo de capital social, comprovação do valor corrente de mercado conforme estabelecido nos parágrafos 2º e 3º do artigo 17 do Decreto 46.655/02;
10. Declaração do ITCMD, Demonstrativo de Cálculo e Resumo do ITCMD, juntamente com a manifestação do Fisco e do Procurador do Estado;
11. Carta de Adjudicação ou homologação da partilha;
12. Intimação da homologação do cálculo ou determinação judicial para pagamento do ITCMD e cópia da publicação no D.O. E.;
13. Termo do trânsito em julgado da sentença;
14. GARE- ITCMD “Causa Mortis” e “ Doação” (se a restituição pleiteada referir-se ao total do valor recolhido, juntar as duas guias originais – GAREs – correspondentes);
- 15 – Autorização judicial para recolhimento do imposto sem os acréscimos legais, além do prazo de 180 dias, a contar da data do óbito, se for o caso.

PROCURAÇÃO

nomeia e constitui seu bastante procurador o (a) Dr. (.ª) _____, advogado (a), inscrito (a) na OAB, sob o n.º _____, com escritório na rua _____, n.º _____, no bairro (de, da) _____, na cidade de _____, Estado _____, telefone _____, para a finalidade específica de atuar no processo de restituição do ITCMD referente ao inventário / arrolamento de _____ (Caso o contribuinte deseje que o depósito se ja efetuado na conta do procurador, deverá fazer constar da procuração autorização para tal).

_____, de _____ de _____

(Assinatura com firma reconhecida)